

ESCOLA E FORMAÇÃO NO CONTEXTO DA REFORMA

*ALBANO ESTRELA **

A Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa tem desenvolvido, nos últimos anos, grandes esforços no sentido de equacionar adequadamente, ou seja, em bases científicas, os problemas da investigação educacional e da formação de professores e de educadores.

Consideramos, de facto, ser essa a postura intelectualmente mais séria e socialmente mais útil ao país na relação entre instituições de ensino universitário e reforma educativa. Não temos a convicção nem a ambição de que tais instituições possam ser as "salvadoras" da educação em Portugal mas reconhecemos que lhes cabem grandes responsabilidades morais, intelectuais e sociais em contribuir de modo tão rigoroso e abrangente quanto possível para a evolução da educação e do ensino, no sentido mais desejável.

Uma das tónicas do nosso trabalho tem consistido em incentivar e orientar trabalhos de investigação sobre problemas postos pela reforma educativa. Temos, igualmente, privilegiado os espaços de reflexão e de comunicação sobre esses problemas e cito, a título de exemplo, dois colóquios internacionais que organizámos sobre questões pertinentes das reformas educativas e da respectiva avaliação em diferentes contextos nacionais - em ambos os casos as "actas" de dois colóquios referidos, já publicados, atestam bem o interesse e o alcance de muitos dos trabalhos então apresentados. Estamos a referir-nos aos II e IV Colóquios da Secção Portuguesa da

* Docente na F.P.C.E. - UL

Association Francophone Internationale de Recherche en Sciences de l'Éducation, que tiveram respectivamente como temas "As Reformas Curriculares" e "Desenvolvimento Curricular e Didácticas das Disciplinas.

É, para nós, óbvio que não há reforma educativa se não se verificarem mudanças nas escolas. Advogamos, pois, uma concepção de reforma centrada na escola e esta tem sido uma das linhas orientadoras do nosso trabalho. Tal convicção pressupõe, contudo, que desfaçamos alguns equívocos: não pretendemos significar (como alguns o têm feito entre nós) que a escola seja vista como uma espécie de "corporação medieval" fechada sobre si própria. Tal concepção seria negativa e, até, perigosa por poder dar origem a efeitos persistentes nas organizações corporativas, nomeadamente a reprodução do "status quo", com os erros que o mesmo possa comportar.

Quando falamos numa reforma centrada na escola, estamos a subentender a escola nos seus múltiplos aspectos, começando pelo elemento central da sua vida, a sala de aula. Há uns dez ou quinze anos, considerava-se que prestar atenção à sala de aula era esquecer a escola enquanto instituição - que as perspectivas sociológicas privilegiavam. Mas o centro da actividade dos professores é a relação com os alunos, a classe, com todas as dinâmicas que aí permitem que os jovens se formem.

A escola tem, por um lado, que estar aberta ao social, ao meio onde se insere, às outras entidades e forças que estruturam a actividade local; e tem, por outro lado, que estar ligada também às instituições superiores de ensino e de formação. A estas instituições, sejam universitárias ou politécnicas, deverá caber um papel decisivo na formação dos agentes educativos e, simultaneamente, na concretização e desenvolvimento da reforma em situação educativa escolar.

Importa, então, neste cenário, proceder a um levantamento de necessidades e de interesses de formação dos professores feito em situação, ou seja, feito nas escolas onde a intervenção educativa tem lugar. Este modo de trabalhar é extremamente exigente quando operacionalizado, exigente, por exemplo, em tempo e em trabalho de todos os que são chamados a intervir. Para ilustrar o que acabo de dizer, quero referir-me brevemente a dois projectos de investigação-formação-acção em que participei como coordenador científico: o Projecto FOCO (Formação por Competências) e o Projecto IRA (Investigação-Reflexão-Acção). Em qualquer um destes casos, partiu-se

de problemas da prática educativa diagnosticados pelos professores em situações de trabalho, problemas sobre os quais trabalharam equipas de investigação-acção integradas por especialistas em educação e por professores. Os objectivos do trabalho desenvolvido foram sempre aprofundar o conhecimento dos problemas, provocar a reflexão de todos os envolvidos no processo, permitir tomadas de decisão mais esclarecidas e concretizar formas de intervenção na sala de aula e nas escolas, mais adequadas e favorecedoras de melhores aprendizagens dos alunos.

Destes projectos quero evidenciar um traço que considero importante: não são os professores que têm de ir à Universidade, à Escola Politécnica, mas é, sim, o ensino superior que deve ir às escolas de outros graus de ensino. Não se tome isto como um mero jogo de palavras mas antes como uma perspectiva radicalmente oposta ao que tem sido a prática mais comum entre nós, nos últimos anos. É nas escolas dos ensinos básico e secundário e nos jardins de infância, onde se deseja que a mudança e a inovação curricular ocorram, que deve situar-se parte importante do trabalho das instituições de ensino superior.

A educação em Portugal tem sido muito pouco atravessada pela óptica e pela prática da investigação. Se não desenvolvermos esta atitude e práticas consequentes, se não dispusermos dos meios operacionais para desenvolvermos a investigação, não há reforma possível. O suporte para a mudança de perspectiva no campo educativo é exactamente a introdução da investigação no ensino, na educação, na instituição escolar.

Este conceito de investigação é qualquer coisa de mágico, nos tempos de hoje. Se, na Idade Média, o herói era o bispo ou o guerreiro, a partir do Renascimento, outros vultos do nosso imaginário começaram a ter forma e um deles, mormente a partir de Descartes, talvez seja o filósofo.

Nos tempos mais próximos de nós, isto é, a partir do século XIX, a figura mítica já não será nem o bispo, nem o cavaleiro, nem o filósofo, mas sim o cientista. Porém, um cientista que se fecha no hermetismo do seu saber. Ciência sem acesso fácil para o comum dos mortais. Na verdade, só ao sábio é que é permitida a utilização da ferramenta da ciência - a metodolgia de investigação. São aqueles que a possuem que podem fazer uso dela e iniciar os discípulos no seu ritual. Contudo, a ciência, as ciências humanas devem ter divulgação (o que não significa banalização). Os seus métodos devem

ser conhecidos, utilizados por uma comunidade alargada. A investigação científica não pode nem deve ser feudo apenas de alguns iniciados. O que equivale a dizer que a prática educativa e os seus responsáveis devem constituir parte integrante do processo da investigação científica em educação. Hoje em dia, a prática educativa deve ter suporte da investigação científica; hoje em dia, há formas que são pertinentes, são funcionais - por exemplo, a investigação-acção, que, se for feita com rigor, é também investigação. Não há grandes nem pequenas investigações, nem investigações aplicadas de 1ª ou de 2ª categoria - ou há investigação, ou não há. A investigação é fundamentalmente uma perspectiva diferente, uma atitude de humildade, de curiosidade, de rigor, de procura das metodologias de pesquisa. E é, ainda, algo de aproximativo. Ninguém é cientista de um dia para o outro, assim como ninguém é filósofo ou sábio, "sem mais aquela". Trata-se, sim, de um percurso aproximativo e de uma perspectiva construtivista; trata-se de um percurso e não de uma revelação. A ciência é algo que vamos conquistar através do encontro de resultados que nos permitem estabelecer conhecimentos mais precisos (por mais objectivos), pelos processos mais económicos, em ordem a uma maior fecundidade explicativa.

É nesse sentido que devem ser assumidas as ciências sociais hoje, entre as quais as Ciências da Educação. Os "objectos" da sua investigação podem e devem ser igualmente sujeitos da mesma, através de mecanismos de participação adequados aos problemas a investigar. Se este não for o nosso futuro, mal estará a Educação em Portugal...